



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

DATA

25.09.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

1 de 25

RESPONSÁVEL

Iris Helena

SUMÁRIO

- ❖ [GOIÂNIA PARA QUEM A CONSTRÓI! – O Popular](#)
- ❖ [QUANDO A VIDA NOS PARA – O Popular](#)
- ❖ [DIPLOMACIA PRECISA SE CONCENTRAR NA CRISE DO CLIMA – Folha de São Paulo](#)
- ❖ [LULA FAZ DISCURSO DE COMENTARISTA AO RECLAMAR DE ONU 'ESVAZIADA' – Folha de São Paulo](#)
- ❖ [LULA ABUSA DA AGENDA FEMINISTA – Folha de São Paulo](#)
- ❖ [GONET CITA ELEIÇÃO E ÓDIO PARA PEDIR A MORAES INVESTIGAÇÃO DA PF SOBRE 'USO EXTREMADO' DO X – Folha de São Paulo](#)
- ❖ [LIRA PEDE A LULA GESTO DE APOIO A HUGO MOTTA NA SUCESSÃO DA CÂMARA – Folha de São Paulo](#)
- ❖ [BRASIL BATE RECORDE DE SERVIDORES PÚBLICOS, COM 12,65 MILHÕES DE PROFISSIONAIS NO SETOR – Folha de São Paulo](#)
- ❖ [CNJ APROVA PROTOCOLO PARA DEPOIMENTO DE CRIANÇAS EM AÇÕES DE FAMÍLIA – O Hoje](#)
- ❖ [LULA DEFENDE REGULAÇÃO DE JOGOS DE AZAR: 'PESSOAS ESTÃO SE ENDIVIDANDO' – Correio Braziliense](#)
- ❖ ["A NAÇÃO QUE DORMIA" – Correio Braziliense](#)
- ❖ [DEMOCRACIA E EDUCAÇÃO EM ÉPOCA DE ELEIÇÕES – Correio Braziliense](#)
- ❖ [UNIÃO ESPERA ARRECADAR R\\$ 26 BI EM 2025 COM ACORDOS EM GRANDES TESES TRIBUTÁRIAS – Valor Econômico](#)
- ❖ [PARECER CONTESTA IMPACTO DE JULGAMENTO SOBRE PLANO COLLOR RURAL – Valor Econômico](#)
- ❖ [DESCABIMENTO DE MODULAÇÃO DOS EFEITOS DO TEMA 372 – Valor Econômico](#)
- ❖ [FISCO REGULAMENTA PAGAMENTO MENOR DE IR SOBRE IMÓVEIS – Valor Econômico](#)
- ❖ [DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB](#)

JORNAL – O POPULAR – 25.09.2024 – PÁG. 03

Goiânia para quem a constrói!

Professor Pantaleão

As condições para a fundação de Goiânia foram estabelecidas na Marcha para o Oeste promovida por Getúlio Vargas. Uma cidade planejada com características modernas, com destaque para art déco, no projeto de Attilio Corrêa Lima. Por muitos anos a cidade manteve uma estrutura agrícola, com tímida industrialização, marca profunda das disputas oligárquicas existentes ao longo da história do estado. Após a fundação de Brasília, com a mudança da capital federal para o Centro Oeste é que Goiânia, por consequência, passou a ter um viés mais urbano.

Nos anos de 1970, a cidade até então exemplo de planejamento sofreu um duro baque com a construção de diversos arranha-céus, transformando-se em uma verdadeira selva de pedra. As pressões do poder econômico, com a conivência dos poderes constituídos, fizeram de Goiânia uma cidade de crescimento desorganizado e improvisado. Nem mesmo o Plano Diretor de 2007 conteve a ganância dos poderosos, não abrindo possibilidade de estabelecer as bases de uma cidade equilibrada social e economicamente. Goiânia sofre da estupidez de uma lógica perversa e egoísta, para satisfação dos donos do poder.

As sucessivas crises da coleta de lixo, o mato alto, as ruas esburacadas, a péssima iluminação pública e o lento avanço de obras de infraestrutura são o legado não só desta gestão, mas da lógica do capital acima da vida, do lucro de meia dúzia de empresários da especulação imobiliária e do transporte sobre a dignidade de 1,5 mi de goianienses que trabalham dia após dia para construir e dar vida à cidade.

Para que Goiânia possa de fato atender aos interesses da grande maioria é necessário que o povo exerça de forma firme e próxima o poder sobre a cidade, sobre seu bairro. A Unidade Popular propõe a criação de Conselhos Populares em todas as regiões para que todos os goianienses possam decidir os rumos de nossa cidade: a aplicação do orçamento, as obras mais urgentes, as novas linhas de ônibus, além de ter espaço para fiscalizar de perto a aplicação do dinheiro público. Isso não é do interesse dos políticos encastelados em seus gabinetes e dos empresários que lucram com a miséria e o sofrimento dos trabalhadores, e por isso Goiânia apresenta ano após ano problemas similares e recorrentes.

Segundo a RMTTC, o valor integral da passagem de ônibus é de R\$ 7,60, sendo R\$ 4,30 custeados pelo usuário e o restante pela Prefeitura e o governo. Por outro lado, as empresas privadas do consórcio do transporte público registram lucros milionários. Cada real desse lucro poderia estar na redução de tarifa, na reforma dos terminais, em mais ônibus nas ruas. Por isso, defendemos a completa estatização do transporte coletivo, com a criação de uma empresa pública de transporte municipal, para que ninguém lucre com este serviço essencial e a qualidade aumente. Como único candidato neste pleito que anda de ônibus, apresento



como prioridade esta questão. Conheça a UP e organize sua revolta conosco! Por uma Goiânia popular, para quem trabalha e constrói a cidade!

JORNAL – O POPULAR – 25.09.2024 – PÁG. 18

Quando a vida nos para

Fabrcia Hamu

"Sou imparável/ Sou um Porsche sem freios/ Sou invencível/ Sim, eu ganho todos os jogos/ Sou tão poderosa/ Não preciso de baterias para funcionar/ Estou tão confiante/ Hoje eu sou imparável." Esta é a tradução do refrão da música Unstoppable, da cantora Sia, que por tanta vezes ecoou bem alto nos meus fones de ouvido e no som do carro.

A letra fala de uma mulher que não demonstra fragilidades nem sentimentos e, mesmo destrocada por dentro, coloca seus óculos escuros e sai para a vida, pronta para conquistar o mundo. Já foi o meu lema um dia. Hoje, não mais. Tive a certeza disso assistindo a um vídeo que uma amiga postou no Instagram, contando como ela está enfrentando um câncer de mama agressivo.



O Câncer Me Parou era o título do vídeo. Nele, ela relata detalhes do tratamento, dos efeitos colaterais da medicação -- que constantemente lhe causa náuseas, sudorese intensa e fraqueza -- e, principalmente, as lições que a doença ensinou. Uma delas foi aprender a hora de parar. "Meu corpo me disse de forma bem clara: 'Chega, não aguento mais. Daqui você não passa'", conta. Biomédica e empresária bem-sucedida, casada, mãe de três filhos e integrante da diretoria de várias entidades de classe, ela tinha uma rotina insana antes do câncer. Chris, como Christiane do Valle é carinhosamente chamada, participava de 30 a 40 reuniões semanais e trabalhava cerca de 14 horas por dia, além do suporte dado à família -- principalmente aos avós idosos, que também moravam com ela.

Tudo mudou em poucos meses. Em março, Chris descobriu a doença. Em abril, fez uma cirurgia para retirar as duas mamas. Em maio, teve de lidar com as dores intensas do procedimento e do expansor de pele utilizado para suportar as próteses nos seios. Em junho, em um dia perdeu a avó, que considerava como mãe, de infarto fulminante e, no outro, seu maior cliente, registrando um prejuízo milionário. O grande aprendizado de todas essas batalhas, segundo ela, foi desacelerar. "Estabeleci prioridades e hoje digo 'não' a tudo o que não é essencial. Antes, meu almoço e jantar muitas vezes eram sanduíches de fast food. Tempo para academia? Nem pensar. Queria responder todas as mensagens de WhatsApp recebidas na hora. Trabalhava até de madrugada, se preciso fosse", lembra.

Agora, Chris faz suas refeições em casa. O horário das atividades físicas é sagrado -- mesmo quando o corpo judiado pelo tratamento oncológico pede para ficar na cama. As mensagens são respondidas quando ela está

tranquila e pode fazer isso sem ansiedade. "Acho que ver a minha avó morrer foi uma das experiências mais dolorosas que já vivi. Mais que o câncer, até. Todo o resto ficou muito pequeno", diz. Em uma sociedade que exige que as mulheres sejam profissionais, mães e amantes perfeitas, não é de se espantar que a gente adoça pelas mais variadas razões. É difícil dizer "não" ao mundo e "sim" a nossa essência. É raro não sentir culpa por priorizar nossa saúde física e mental. Daí, quando não conseguimos tirar a fantasia de Mulher-Maravilha sozinhas, vem a vida e nos incentiva a fazer isso.

Além de aprender a parar, Chris também obteve outra grande conquista: renunciar ao autocontrole neurótico que tanto teimamos em exercitar: "Faço minha parte da melhor forma e entrego o restante a Deus e a Nossa Senhora. São eles que cuidam de mim. A fé me traz confiança e gratidão, porque me mostra que, em meio a tantas lutas, tenho uma família que amo, amigos incríveis e uma profissão que me realiza". Ela consegue enxergar bênçãos em cada detalhe: "Como tenho o hábito de fazer o autoexame nas mamas, achei um nódulo pequeno em uma delas e fui ao médico. Graças ao diagnóstico precoce, não precisei de quimioterapia nem radioterapia. Agradei a Deus". Diante da amiga que me inspira, vi que era hora de trocar Sia por Lenine: "Enquanto o tempo acelera e pede pressa/ Eu me recuso, faço hora, vou na valsa/ A vida é tão rara".

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 25.09.2024 – PÁG. A2

Diplomacia precisa se concentrar na crise do clima

Discurso equilibrado de Lula na ONU indica caminho proveitoso, com menos atenção à ideologia derrotada de Celso Amorim

Quando assumiu o seu terceiro mandato, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) julgou que o mundo continuava a obedecer aos vetores da primeira década do século 21, que permitiram uma fugidia exposição internacional relativamente favorável de países com as características do Brasil. Com a imodéstia que lhe é peculiar, o chefe do governo brasileiro pôs-se a perambular pelo planeta, ao lado de seu assessor para assuntos ideológicos Celso Amorim, com a firme convicção de que era um iluminado destinado a desfazer os mais graves impasses geopolíticos. Deu com os burros n'água reiteradamente.

Agora, perto de concluir a primeira metade de sua terceira administração, Lula parece ter captado parte das transformações da arena global, ou ao menos se acomodou ao statu quo pela via dolorosa da tentativa e do erro. Afinal, o líder petista não conseguiu nem sequer afiançar eleições limpas na Venezuela, vizinho do norte, depois de toda a bajulação à ditadura de Nicolás Maduro. Vive às turras também com o vizinho do sul, a Argentina, e nesse caso muito em razão da irascibilidade de Javier Milei.

Quem tem um desempenho sofrível como esse nas linhas fronteiriças não deveria se atrever a resolver conflitos no Oriente Médio e no leste da Europa. Melhor cuidar da casa, que não vai bem. O discurso de Lula na abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas reflete esse ajuste algo sutil, mas perceptível, de ênfase.



A não ser pela omissão do descalabro humanitário e político na Venezuela, a intervenção do presidente brasileiro foi equilibrada quando abordou as guerras e mazelas globais, homenageando a melhor tradição do Itamaraty. Criticou o terrorismo do Hamas e a reação desproporcional de Israel. Condenou a invasão russa do território ucraniano e recomendou saída diplomática.

Foram preâmbulos para o tema em que o Brasil tem de fato potencial para fazer diferença no jogo internacional, que é o enfrentamento da crise climática e a aceleração da transição para a economia de baixo carbono. Lula fez bem em não fugir das responsabilidades pelo combate a emergências como os incêndios florestais que agora dizimam porções da fauna e da flora nacionais e empesteam o ar respirado por dezenas de milhões de cidadãos.

Seu governo tem o que mostrar na redução do desmate amazônico e no combate a atividades degradantes do ambiente como o garimpo ilegal. Já o arremedo de plano de transição energética apresentado em agosto deixa a desejar. Trata-se, na verdade, de um programa de incentivo ao gás natural, um combustível fóssil. De todo modo, é muito melhor que a diplomacia brasileira e presidencial se concentre no tema da transição verde, classificado corretamente por Lula na ONU de "celeiro de oportunidades". Do saco de ideias ultrapassadas cultivadas por Amorim e os radicais do PT não vai sair um tostão furado para o futuro do país.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 25.09.2024 – PÁG. A3

Lula faz discurso de comentarista ao reclamar de ONU 'esvaziada'

Presidente opta por abordagem conservadora e exhibe ambições modestas no palco em Nova York

Bruno Boghossian

Lula não tentou esconder a frustração com o palco em que pisava. O presidente brasileiro abriu seu discurso na Assembleia-Geral da ONU manifestando um desencanto amargo com o "alcance limitado" das discussões em Nova York. Voltou ao ponto, quase no final, para dizer que a entidade estava "esvaziada e paralisada".

O petista costuma usar essas críticas como combustível para cobranças pela reforma de organismos globais. Desta vez, as declarações soaram como o lamento de um comentarista de política internacional, com ambições bem mais modestas do que um chefe de governo interessado em influenciar a agenda de líderes mundiais.

O presidente brasileiro optou por uma abordagem conservadora na sede das Nações Unidas. Tratou das guerras da Ucrânia e no Oriente Médio de maneira relativamente discreta, quase como observador. Com ares de reprise, apertou alguns de seus botões favoritos na política externa, como o pleito por mudanças no Conselho de Segurança e a condenação do embargo econômico a Cuba.



A postura de Lula também foi mais tímida do que a habitual nos

trechos sobre o meio ambiente. Com o crédito abalado pela resposta insuficiente do governo nesta temporada de queimadas, o presidente teve que pagar um pedágio ao dizer que "não terceiriza responsabilidades" e diluiu seus compromissos contra o desmatamento em meio a antigos apelos por uma ação global contra a crise do clima. O binômio clima-desigualdade, aliás, provou ser o pilar mais confiável de Lula nesta etapa de sua carreira internacional. Num momento em que o governo se vê obrigado a reconhecer a influência reduzida na solução de conflitos armados, o presidente brasileiro aproveitou para dizer que o dinheiro da guerra poderia ser usado para combater a fome.

A desigualdade também foi o ponto de partida para que Lula apresentasse algumas das poucas novidades de seu discurso. Ao citar uma nova "década perdida" na América Latina, ele se referiu à ascensão de "falsos patriotas", "isolacionistas" e "experiências ultraliberais". Em outro trecho, mencionou o controle concentrado do ecossistema digital nas mãos de poucas empresas de tecnologia.

Lula abusa da agenda feminista

Antes de criticar a ONU, presidente tem de transformar discurso de palanque em ações concretas

Mariliz Pereira Jorge



O discurso de Lula na ONU poderia ser resumido em uma frase: faça o que eu digo, não o que eu faço. Uma fala asséptica, que, por um lado, não compromete a imagem do país, reduzido à chacota nas passagens do último mandatário, mas fria, sem emoção e pouco transparente com a própria atuação em alguns aspectos.

A agenda feminista usada em seu discurso de campanha foi lembrada raras vezes, uma delas para cobrar da ONU ações nas quais o próprio presidente tem falhado, "equilíbrio de gênero no exercício das mais altas funções". O presidente afirma que ele é "inexistente" na cúpula da organização, ao mesmo tempo em que se exime da responsabilidade de não ter promovido medidas para amenizar a desigualdade em seu governo.

Lula 1 (dez. 2004) teve 30,8% de mulheres em cargos de liderança. Vinte anos depois, o patamar de ocupação feminina no terceiro mandato subiu para 38,4%. Para quem fala em equilíbrio, é insuficiente. E o crescimento em duas décadas nem pode ser creditado a políticas afirmativas da gestão, mas à maior presença feminina no mercado de trabalho.

Entre os 38 ministros, apenas 10 são mulheres — patamar parecido com o de Dilma Rousseff. Além de serem pastas menos cobiçadas, cada vez que precisa satisfazer o apetite do centrão, Lula entrega a cabeça de uma mulher, como nos casos de Ana Moser e de Daniela Carneiro. Rita Serrano, então presidente da Caixa, foi substituída por um homem quando o governo lançava a campanha "Brasil sem Misoginia". O presidente diz que, se os partidos não têm mulher para indicar, ele não pode fazer nada. Deixe aqui a sua risada.

Houve oportunidades de diminuir a desigualdade no Supremo, mas Cristiano Zanin foi nomeado no lugar de Lewandowski e Flávio Dino foi para a cadeira de Rosa Weber, o que piorou o que já estava ruim. Mas Lula acha que está em condição de cobrar das Nações Unidas a falta de representatividade feminina na Secretaria-Geral. Primeiro, deveria fazer o dever em casa, garantir não apenas igualdade, mas equidade de gênero, e transformar discurso de palanque em ações concretas.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 25.09.2024 – PÁG. A17

Gonet cita eleição e ódio para pedir a Moraes investigação da PF sobre 'uso extremado' do X

Parecer de procurador-geral da República serviu para embasar decisão do ministro sobre tema

José Marques

A PGR (Procuradoria-Geral da República) pediu ao ministro Alexandre de Moraes que determinasse à Polícia Federal a investigação de "casos extremados" de uso do X (antigo Twitter) do Brasil, mesmo após a derrubada da plataforma no país. O pedido foi feito no dia 15 de setembro pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet, e serviu para embasar a decisão de Moraes expedida dias depois.



Os termos do pedido foram divulgados pelo jornal O Globo e confirmados pela Folha. No entendimento de Gonet, há necessidade de identificar casos que fraudam a decisão de Moraes com insistência em discursos de ódio. Ele também afirma que pode haver divulgação de informações inverídicas na plataforma durante as eleições municipais. A intenção é que os usuários que estejam descumprindo a decisão de Moraes sejam primeiro notificados e, caso continuem com o comportamento reiterado, sejam multados.

Ao decidir sobre o caso, Moraes seguiu o entendimento da PGR. O ministro mandou a PF identificar usuários que tenham feito "uso extremado" e notificá-los de que a rede social foi suspensa pelo Supremo. Moraes informou que, se for mantido ou reiterado o comportamento, caberá a aplicação de multa de R\$ 50 mil.

À época em que suspendeu o X, no fim de agosto, Moraes estabeleceu o pagamento de R\$ 50 mil a quem usar o VPN (rede virtual privada) para conseguir acesso à plataforma. A decisão foi confirmada pela Primeira Turma do Supremo, com cinco integrantes, no início deste mês. Segundo investigadores, a decisão de Moraes não especifica o que seria o "uso extremado" da plataforma, mas integrantes da PF imaginam que isso se refira a acessos ou publicações constantes na rede social.

Alguns políticos, sobretudo críticos ao ministro do STF, têm usado a plataforma e deixado isso claro. No início do mês, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) fez um post no X, em português e inglês, no qual chamou apoiadores para os atos de 7 de Setembro. "Se estou fazendo este post, assumindo todos os

riscos, é porque acredito que vale a pena lutar pela nossa liberdade e a de nossos filhos", disse. E deixou claro: "Estou postando no X, escrevendo do Brasil".

Mesmo tom da deputada federal Carla Zambelli (PL-SP). "Postando aqui, direto do X", para anunciar a própria presença no ato de 7 de Setembro. Na última semana, a plataforma indicou a advogada Rachel de Oliveira Villa Nova como representante legal da rede no Brasil. O registro foi protocolado na Jucesp (Junta Comercial de São Paulo). A decisão faz parte da intenção da plataforma de retomar suas atividades no país. Villa Nova já havia atuado como representante jurídica da empresa. Desde antes da suspensão, o dono do X, o empresário Elon Musk, tem feito ataques públicos ao ministro do STF na rede social.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 25.09.2024 – PÁG. A18

Lira pede a Lula gesto de apoio a Hugo Motta na sucessão da Câmara

Deputados não descartam possibilidade de nova candidatura de terceira via surgir na disputa

Victoria Azevedo / Julia Chaib / Catia Seabra

Aliados do deputado federal Hugo Motta (Republicanos-PB) esperam um gesto mais incisivo de apoio do governo Lula e do próprio PT ao nome do parlamentar na disputa pela sucessão de Arthur Lira (PP-AL) na



presidência da Câmara. O próprio Lira verbalizou o sentimento em um almoço com Lula, na semana passada. Segundo relatos de dois aliados do presidente da Câmara, o deputado pediu ao petista que declare apoio ou atue para favorecer Motta na disputa.

Apesar de a costura que alçou o nome de Motta como candidato ter contado com a participação de membros do Executivo e do partido, pessoas próximas ao parlamentar dizem ter recebido com desconfiança sinalizações de representantes do PT e do governo nas últimas semanas. No último dia 11, Lira, Motta e líderes de sete partidos almoçaram juntos e publicaram uma foto do encontro, num sinal de apoio ao nome do candidato do Republicanos. Após o almoço, o líder do PT, Odair Cunha (MG), divulgou nota afirmando que o presidente da Câmara comunicou que apoiará Motta e que ele levaria esse nome à bancada da sigla para discussão.

Poucas horas depois, no entanto, apagou a nota de seu perfil numa rede social —o texto foi mantido em outra rede. No mesmo dia, o líder do União Brasil, Elmar Nascimento (BA), também candidato, se reuniu com Lula. De acordo com relatos, Lula afirmou que nem ele nem o PT se comprometeriam com nenhuma candidatura agora e que o presidente da República não tem a obrigação de se envolver na eleição da Mesa Diretora. No dia seguinte, a presidente do PT, Gleisi Hoffmann (PR), esteve com Elmar.

Aliados do presidente afirmam que, caso decida atuar em favor de um candidato, Lula só o fará depois das eleições municipais, de preferência a partir de dezembro. Além disso, a proximidade de Motta com o



CLIPPING

DATA
25.09.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
9 de 25

RESPONSÁVEL
Iris Helena

presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PI), e com o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha, artífice do impeachment de Dilma Rousseff (PT), são apontados como entraves para atrair apoio da esquerda. Um cardeal do centrão diz que esses "sinais trocados" do PT e do governo geram apreensão, já que havia uma sinalização de apoio ao líder do Republicanos. Outro aliado afirma que é preciso que o Executivo faça algum gesto para mostrar que o "casamento" é para valer. Ele pondera, no entanto, que não cabe a Motta impor um prazo para que isso ocorra.

Esse político avalia que dificilmente o Executivo e o PT trabalharão para boicotar o líder do Republicanos na disputa, mas o fato de haver outros nomes que acenam ao governo na corrida exige um posicionamento mais claro de endosso, até mesmo para inibir a candidatura dos demais. Ele diz que a campanha de Motta não ficará parada esperando essa sinalização enquanto outros se movimentam. Além de Motta e Elmar, também é candidato o líder do PSD, Antonio Brito (BA). Brito e Elmar selaram um acordo para fazer frente ao nome de Motta. Eles têm sinalizado que podem formar uma aliança governista, numa tentativa de atrair PT e governo federal.

Um apoio do Executivo a Motta, dizem aliados, também poderá passar por rearranjo na Esplanada dos Ministérios. Parlamentares avaliam que Lula pode oferecer espaços no governo para contemplar os outros postulantes. Nos bastidores, dirigentes do União Brasil e do PSD afirmam que a aliança entre as duas siglas pode ser estendida à disputa no Senado. A ideia seria oferecer ao PSD o posto de candidato à presidência da Câmara em troca de o partido não lançar no Senado Otto Alencar (BA) como adversário de Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), hoje favorito para chefiar a Casa a partir de 2025.

Pelo cálculo que Elmar expressou a aliados, Alcolumbre ficaria grato pela articulação, assim como o governo, e poderia indicar alguém da preferência do deputado para substituir Waldez Góes no Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. A interlocutores Elmar sinalizou que gostaria de indicar para a pasta o hoje diretor-presidente da Codevasf, Marcelo Moreira. Apesar disso, até mesmo aliados do líder do União Brasil avaliam como remota a possibilidade de Alcolumbre abrir mão de ter um indicado seu à frente da pasta.

Outro empecilho é que uma ala do União Brasil rechaça o cenário em que Brito seria o candidato a presidente, por haver rejeição a ele entre membros da sigla na Bahia. Existe também uma desconfiança com o presidente do PSD, Gilberto Kassab. Um aliado de Elmar diz que ele não descarta a possibilidade de outro nome representá-lo na disputa. O deputado relata ter se sentido traído e tem dito que o seu objetivo, mais que se eleger presidente da Câmara, é derrotar Lira.

São citados como opções para essa nova via o líder da maioria, André Figueiredo (PDT-CE), e Domingos Neto (PSD-CE). Por outro lado, até mesmo aliados de Motta não descartam que, mais adiante, um outro nome possa surgir caso haja complicações na sua candidatura —apesar de considerar essa chance improvável. Nesse caso, é lembrado o líder do PP, Doutor Luizinho (RJ).

Antonio Carlos Rodrigues (PL-SP), ex-ministro no governo Dilma, também é citado nos bastidores como uma possibilidade. Parlamentares dizem que, hoje, Motta é favorito na disputa. Eles descartam, porém, que a eleição esteja definida. Por apoios, o parlamentar também já se reuniu com Jair Bolsonaro (PL). No diálogo, o ex-presidente pediu que, caso eleito, o deputado coloque em votação propostas caras a ele e citou a anistia aos condenados pelos ataques de 8 de janeiro.

Motta não se comprometeu a aprovar a matéria, mas concordou em pautá-la caso a maioria dos líderes partidários assim desejarem, sem criar obstáculos. Interlocutores do deputado dizem que ele precisa ter cautela para evitar que acenos a um campo ideológico minem eventual apoio do outro campo.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 25.09.2024 – PÁG. A37

Brasil bate recorde de servidores públicos, com 12,65 milhões de profissionais no setor

Dados da Pnad mostram que número é puxado por alta de contratações nos municípios e por aumento de trabalhadores sem carteira assinada

No segundo trimestre deste ano, o Brasil bateu recorde de profissionais públicos, com 12,65 milhões de pessoas trabalhando no setor. A cifra é impulsionada pela alta de contratações nos municípios e pelo número de servidores sem carteira assinada, que cresceu 58% na última década. Em estados e no governo federal, o número de funcionários públicos se manteve estável. Para especialistas, o aumento nos municípios foi puxado pelas eleições, elevação da demanda na educação e na saúde e pelas chamadas "emendas Pix", destinadas por parlamentares aos municípios.



Os dados sobre recorde de servidores públicos são de levantamento feito pelo economista Bruno Imaizumi, da LCA Consultoria Econômica, com base em dados da série histórica da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), com início em 2012, e foram adiantados pelo jornal Valor Econômico. Segundo Bruno, as eleições municipais impulsionam a empregabilidade no setor. Para elevar chances no pleito, prefeitos dedicam maior empenho a melhorar os serviços oferecidos pela cidade e, com isso, precisam de mais profissionais.

"Nos órgãos municipais, existe menos controle. Com transferências de recursos e com período eleitoral, em que todos querem se reeleger, contratações são antecipadas para conseguir bons resultados", afirma. De acordo com Fernando Coelho, professor de administração pública da USP, cresce a pressão sobre as cidades para melhorar a qualidade de entrega dos serviços. Isso também é resultado de um estreitamento das relações entre governo federal, estados e municípios.

Cidades são as principais responsáveis pelo atendimento do cidadão na ponta. O aumento de servidores surge nessa esteira, resultado de uma melhora no planejamento por parte das prefeituras, que reorganizaram a gestão de pessoas após anos sucessivos de crise no país. No caso da saúde, por exemplo, as contratações foram impulsionadas devido ao envelhecimento da população, segundo os professores. "Claro que muitos municípios deixam para fazer serviços no último ano [de mandato], porque é um processo mais vistoso. Mas não é simplesmente um inchaço da máquina pública para fins eleitorais. É preciso considerar importância do município na Federação para dar conta de uma miríade de políticas públicas", afirma Coelho.

Além disso, há uma tendência de crescimento do mercado de trabalho em todo o país. No último trimestre, o Brasil registrou as menores taxas de desemprego desde o início da série histórica da Pnad Contínua. No setor público, o último ano marcou a retomada de concursos em todos os entes federativos após a pandemia. A recomposição na força de trabalho, no entanto, ainda não repõe todos os servidores que se aposentaram, segundo Coelho. O levantamento mostra ainda um crescimento relevante de profissionais sem carteira assinada em estados e municípios, com aumento de 41,3% e 74,4%, respectivamente. Por outro lado, a modalidade diminuiu no governo federal.

Para Renata Vilhena, professora de gestão pública da Fundação Dom Cabral e presidente do conselho do República.org, restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal geram dificuldade na contratação de servidores concursados. Ter profissionais com vínculo permanente pressiona o orçamento a longo prazo e, por isso, a administração pública recorre a contratações alternativas. Ela diz que esse movimento pode aliviar as contas do Estado, mas ainda tem fragilidades relacionadas à falta de regulamentação.

"Esse tipo de modalidade precisa ser mais bem planejado e pensado estrategicamente. Há serviços que demandam sim um vínculo temporário, mas a maneira que isso se dá hoje não é trabalhada de forma estratégica e nem regulamentada sistemicamente." A maior preocupação no aumento de servidores é com controle de receitas e despesas, porque é preciso ter sistema público equilibrado, de acordo com Bruno Imaizumi, autor do levantamento. Ele diz que, por isso, seria necessário discutir uma reforma administrativa no futuro.

Segundo Fernando Coelho, que também compõe o Movimento Pessoas à Frente, em defesa do serviço público, além do valor gasto nessas contratações, é preciso olhar para a qualidade do valor investido, para avaliar se as contratações foram bem realizadas e se os novos profissionais são, de fato, os mais vocacionados.

JORNAL – O HOJE – 25.09.2024 – PÁG. 10

CNJ aprova protocolo para depoimento de crianças em ações de família

Manoel L. Bezerra Rocha

O plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, na última terça-feira (17), o ato normativo que institui o Protocolo para o Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes nas Ações de Família em que se



Discuta Alienação Parental. O documento é resultado do grupo de trabalho instituído, por meio da Portaria 359/2022, pela ministra aposentada Rosa Weber, então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do CNJ. Na avaliação da ministra Nancy Andrighi, "o protocolo prevê diretrizes que possibilitam o atendimento humanizado, comprometido com uma postura de escuta atenta e que respeite os direitos da criança e do adolescente, notadamente a proteção de sua dignidade individual, suas necessidades, seus interesses e sua privacidade, entendendo que há diversas formas de comunicação e expressão possíveis, rechaçando julgamentos morais e estigmatizantes".

De acordo com o protocolo, o agendamento das audiências de depoimento especial deverá respeitar o tempo mínimo de uma hora para cada caso, a fim de que todas as etapas previstas no documento sejam cumpridas. Recomenda-se, ainda, que seja limitada a quantidade de entrevistas para cada turno de trabalho, para evitar que a fadiga e o estresse da autoridade judiciária e do profissional capacitado no Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense (PBEF) interfiram na condução do procedimento.

Medidas de emergência

O Congresso Nacional vai analisar a Medida Provisória (MP) 1.259/2024, que flexibiliza as regras para repasses financeiros a estados para ações de prevenção e combate aos incêndios. Nos próximos dias serão designados os senadores e deputados integrantes da comissão mista encarregada de avaliar o texto. O prazo para apresentação de emendas encerra-se em 26 de setembro, e a medida passa a tramitar em regime de urgência a partir de 4 de novembro.

Prisão de candidatos

Candidatas e candidatos devidamente registrados para as eleições deste ano, assim como eleitores em geral, não podem ser presos ou detidos desde o último dia 21 até 48 horas após o primeiro turno das eleições (6 de outubro). A chamada imunidade eleitoral, prevista no Código Eleitoral e aplicada aos candidatos, entra em vigor 15 dias antes da eleição. Casos de crimes inafiançáveis e flagrante delito ficam de fora da proibição. A imunidade visa evitar que o candidato seja afastado da disputa eleitoral por prisão ou detenção que possa ser posteriormente revista.

CNJ incrementa medidas para aumentar representatividade e acesso à Justiça

Visando aumentar a representatividade e o acesso à Justiça de pessoas que, tradicionalmente, enfrentam obstáculos raciais, sociais ou de gênero, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vem mantendo olhar atento ao público negro, indígena, LGBTQIAPN+. O Conselho criou projeto – em parceria com a Fundação Getúlio Vargas - de bolsas voltadas aos candidatos negros, indígenas e PCDs, aptos no Exame Nacional da Magistratura (Enam).

TRF1 nega recurso do INSS e isenta aposentada de restituir valores recebidos

A 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) negou, por unanimidade, apelação do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) contra sentença que determinou a autarquia federal não cobrar os valores recebidos por um beneficiário, relativos à aposentadoria por invalidez e pagos após ele assumir o cargo de vereador no município de Uruaçu, em Goiás. Ao analisar o caso, o relator, desembargador federal Marcelo Albernaz, destacou que a orientação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do TRF1 é no sentido de que é possível receber de forma cumulativa “os subsídios decorrentes de cargo eletivo com o benefício de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez, por se tratarem de vínculos de natureza diversa”.



Para o desembargador federal, cancelar o benefício previdenciário sem provas concretas de que o segurado recuperou a capacidade para o trabalho é considerado inadequado. Nesse contexto, Marcelo Albernaz destacou que, por exercer uma função pública por tempo limitado, “a invalidez do segurado para o trabalho profissional não determina a invalidez para a sua atividade política, à medida que o agente político não mantém vínculo de natureza profissional com Administração Pública”.

1ª Turma do STJ

O atraso na prestação de contas não caracteriza improbidade administrativa, desde que não exista intenção maliciosa na conduta do administrador público.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 25.09.2024 – PÁG. POLÍTICA

Lula defende regulação de jogos de azar: 'Pessoas estão se endividando'

"Estamos percebendo no Brasil o endividamento das pessoas mais pobres tentando ganhar dinheiro fazendo apostas", disse Lula



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu a regulação de jogos de azar no Brasil e disse que pessoas pobres estão se endividando em apostas online. Na avaliação do chefe do Executivo, caso não haja regulação, "vamos ter cassinos funcionando dentro da cozinha de cada casa".

"O que estamos vendo num país como o Brasil é um jogo de aposta. O Brasil sempre foi contra o cassino, qualquer tipo de jogo de azar. Hoje, através de um celular, o jogo está dentro da casa da família, da sala", afirmou o petista durante encontro em Defesa da Democracia, Combatendo os Extremismos, nesta terça-feira (24/9), em Nova York. "Estamos percebendo no Brasil o endividamento das pessoas mais pobres tentando ganhar dinheiro fazendo apostas. E isso é um problema que vamos ter que regular porque senão daqui a pouco vamos ter cassinos funcionando dentro da cozinha de cada casa", acrescentou.

No discurso, Lula admitiu que o governo está discutindo propor um projeto de lei que proíbe o uso de telefones celulares dentro de salas de aulas de escolas públicas e privadas do país. De acordo com o Ministério da Educação, a proposta vai ser apresentada ao Congresso Nacional em outubro. O presidente reconheceu que o debate será "difícil" e brincou com a situação: "Tenho dito que talvez eu seja o presidente que vai ter passeata de menino de 6 anos de idade". O petista disse, porém, que a discussão sobre o tema será feita de forma transparente com a sociedade e contará com consultas a especialistas.

Lula aproveitou o tema para voltar a alfinetar o empresário Elon Musk: "Nós precisamos a nível universal ter uma regulação porque, de repente, você tem um cidadão que se transformou no mais rico do mundo que ousa desafiar a Constituição dos países que não concordam com ele", comentou. O encontro organizado pelo

presidente do Brasil e pelo primeiro-ministro da Espanha, Pedro Sánchez, para discutir a democracia em Nova York atraiu quatro líderes de esquerda (além de Lula e Sánchez) e dois liberais. Nenhum chefe de Estado ou governo conservador discursou.

Lula disse que não será possível ser produzido um documento da reunião "porque não é possível fazer um documento e aprovar". Ele, então, disse que será divulgada uma nota assinada por ele e Sánchez para sintetizar o que foi discutido no encontro.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 25.09.2024 – PÁG. BRASIL

"A nação que dormia"

O estado está a serviço da nação e é sustentado por ela para prestar bons serviços públicos

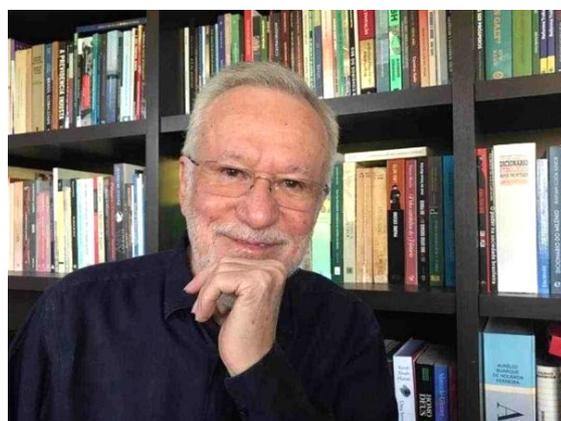
Alexandre Garcia

Não acredito nas teorias de conspiração, das que pululam nas redes sociais. Mas, como diz a sabedoria espanhola, no creo en brujas, pero que las hay, las hay. O fato que se observa é o estado querendo ser mais importante e maior que a nação; querendo mandar na nação. Deixemos claro: o estado existe por causa da nação, criado pela nação para haver uma ordem, administrada pelo estado, com autoridades escolhidas pela nação. O estado está a serviço da nação e é sustentado por ela para prestar bons serviços públicos.

Todos os recursos do estado são da nação, que gera esses recursos. Estado não cria riqueza, apenas a distribui. O estado não é o dono da nação nem seu patrão; ao contrário, a nação é a dona do estado e sua mandante. Para fazer leis e governar, é preciso ter a procuração do voto da nação. Para ficar mais claro: o estado são os governos, em seus três poderes e a nação é o povo, os cidadãos, eleitores e pagadores de impostos.

Isso posto, voltemos ao que se observa. Os integrantes do estado estão cada vez mais invertendo a ordem de poder da democracia em que primeiro é o povo, a fonte do poder, mandante; depois o governo, mandatário. Ao inverter, deixa de haver democracia para imperar totalitarismo, tal como o que foi posto em prática — e fracassou — na União Soviética. A sátira de um regime assim invertido está no livro 1984, de George Orwell, que hoje mais parece uma profecia. Agentes do estado tentam sufocar a nação pela censura e pelo medo. O teste feito durante a pandemia mostra que, com apoio da mídia a criar pânico, é possível impor obediência cega e até suspender direitos fundamentais previstos em cláusula pétrea da Constituição.

Nada dessa operação de sufoco da cidadania precisaria ter sido feito se não tivessem surgido as redes sociais e um deputado cancelado por décadas, chamado Jair. As redes permitiram que as pessoas isoladas em suas convicções passassem a trocar opiniões e descobrirem que eram muitos. Enquanto isso, o deputado virou candidato a presidente, soprou oxigênio na brasa dormida e catalisou a maioria antes silenciosa. A cidadania



passiva ficou ativa e a tranquilidade da ideia única imposta nas escolas e na mídia acabou. Reagiram contra a polaridade que surgiu — como se sabe, polaridade só existe quando já não há um, mas dois. O controle, que vinha paulatinamente calando consciências, entrou em emergência e se tornou agressivo. Os direitos constitucionais foram ofuscados para punir o uso da liberdade de expressão, que é a arma mais eficaz contra totalitarismos.

Já não se usam fuzis e canhões para impor-se a corações e mentes. Começaram então a usar outras armas, inspiradas por Antonio Gramsci, para enfraquecer a família — hoje até as palavras sagradas mãe e maternidade se tenta banir via Supremo, numa ação movida pelo PT. Os valores cristãos são os mais atacados, com vistas a enfraquecer as ideias que solidificaram a cultura ocidental. Sabem que a cultura judaico-cristã é uma sólida barreira à imposição do pensamento único. Para isso se quer impor tutela, mas o estado está debilitado por gastar demais — e arrecadar tem limite. Estado desmoralizado e a mídia que o apoia está tão desacreditada, que essa união não tem força para acorrentar a nação, que é maioria na defesa de princípios éticos e libertários. Há consciência de que controle é o mal, porque controlar o que se fala e o que se pensa é escravizar.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 25.09.2024 – PÁG. OPINIÃO

Democracia e educação em época de eleições

A transição de governo, especialmente no campo da educação, deve ser vista como uma oportunidade para fortalecer a gestão pública e garantir a continuidade dos serviços

Eliziane Gorniak

Em um cenário político em que a alternância de poder é uma realidade constante, a transição de governo surge como um processo crucial para assegurar a continuidade dos serviços públicos e a estabilidade das políticas em curso. A importância desse momento, especialmente em nível municipal, não pode ser subestimada. A cada ciclo eleitoral, os municípios brasileiros enfrentam o desafio de garantir que a troca de gestão ocorra de forma tranquila, preservando os avanços conquistados e evitando retrocessos que possam prejudicar a população.



Um processo de transição bem planejado e executado é fundamental para garantir a continuidade do atendimento aos direitos dos cidadãos e a integridade do município em seus diversos aspectos. Não se trata apenas de uma formalidade burocrática, mas de um ato de gestão que reflete diretamente na qualidade dos serviços prestados à população. Um exemplo claro disso é a área da educação, na qual a continuidade de programas, projetos e políticas públicas depende diretamente da forma como essa transição é conduzida.

A educação, como todos sabemos, é uma área sensível e de extrema importância para o desenvolvimento de qualquer sociedade. Não há uma solução única, uma "bala de prata", que resolva todos os desafios. Pelo



CLIPPING

DATA
25.09.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
16 de 25

RESPONSÁVEL
Iris Helena

contrário, a melhoria dos resultados educacionais depende de um conjunto de medidas coordenadas implementadas de forma contínua. Nesse sentido, a transição de gestão na educação precisa ser cuidadosamente planejada, garantindo que informações críticas sobre gestão administrativa, orçamentária, financeira e pedagógica sejam repassadas de maneira clara e estruturada.

Infelizmente, o que vemos muitas vezes na prática é um processo de transição marcado pela descontinuidade e falta de colaboração. Gestores que assumem novas secretarias frequentemente relatam encontrar computadores formatados, falta de informações históricas e uma ausência quase total de dados essenciais para a continuidade dos trabalhos. Esse comportamento, que parece tratar os dados públicos como propriedade de um grupo político específico, compromete não só a eficiência da administração pública, mas também a confiança da população na democracia e na alternância saudável de poder.

A transição de governo, especialmente no campo da educação, deve ser vista como uma oportunidade para fortalecer a gestão pública e garantir a continuidade dos serviços. Um bom exemplo de como isso pode ser feito é o modelo de transição defendido pelo livro *Transição de Gestão na Secretaria de Educação*, organizado por Carlos Eduardo Sanches, Edilberto Pontes Lima e Maíra Weber. Essa obra oferece um conjunto de recomendações valiosas para evitar a descontinuidade administrativa na educação, auxiliando gestores públicos a conduzir o processo de transição de forma transparente e eficaz.

O livro não só discute os conceitos de transição de gestão no campo da educação, como também aborda a legislação pertinente, a importância da atuação dos órgãos de fiscalização e controle, e traz exemplos práticos de como dirigentes municipais têm se organizado para garantir que as mudanças de governo não comprometam a qualidade dos serviços educacionais.

Além disso, é essencial que as equipes que assumem a gestão tenham a oportunidade de dialogar com aquelas que estão deixando o cargo. Reuniões para a apresentação do memorial de gestão, por exemplo, permitem que as novas equipes compreendam a realidade da rede de ensino e possam tomar decisões baseadas em fatos e dados concretos, evitando assim a interrupção de programas e projetos que têm demonstrado bons resultados.

A sociedade também tem um papel fundamental nesse processo. Acompanhamento constante, via associações de pais e mestres, conselhos escolares e outros órgãos colegiados, é essencial para garantir que a transição política ocorra de forma efetiva e transparente. A fiscalização por parte desses atores e, se necessário, o acionamento dos órgãos competentes, como a Câmara de Vereadores, o Ministério Público e os Tribunais de Contas, pode ser decisivo para assegurar que os interesses da população sejam preservados.

Em um país, onde 5.569 municípios elegerão seus prefeitos e vereadores em outubro, a discussão sobre a importância da transição de governo não poderia ser mais relevante. O impacto de uma transição mal conduzida pode ser devastador, especialmente em áreas como a educação, em que a descontinuidade de programas pode comprometer o futuro de milhares de estudantes. Por isso, é vital que gestores públicos, independentemente de sua filiação partidária, compreendam a importância desse processo e se empenhem em garantir uma transição transparente e eficaz.

A transição de gestão, especialmente na área da educação, é um momento crítico que exige planejamento, colaboração e um compromisso genuíno com o bem-estar da população. Com as ferramentas e o

conhecimento adequados, é possível garantir que a alternância de poder não seja um obstáculo, mas sim uma oportunidade de aprimorar a gestão pública e continuar avançando em direção a um futuro melhor para todos.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO - 25.09.2024 – PÁG. E1

União espera arrecadar R\$ 26 bi em 2025 com acordos em grandes teses tributárias

Expectativa é de adesão de 20% dos contribuintes aos editais do Programa de Transação Integral

Jéssica Sant'Ana / Guilherme Pimenta / Marcela Villar

O governo espera que 20% dos contribuintes que discutem processos de grande impacto econômico no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) venham aderir aos editais do Programa de Transação Integral (PTI), que serão lançados pelo Ministério da Fazenda, a partir de propostas apresentadas pelas empresas. O número consta em nota técnica obtida pelo Valor e é importante porque foi considerado para estimar a expectativa de arrecadar R\$ 26,48 bilhões com essa modalidade em 2025.

O PTI vai tratar de duas modalidades de transação tributária - os acordos entre a União e contribuintes para encerrar litígios administrativos ou judiciais. Uma para recuperar créditos inscritos na dívida ativa e com a cobrança judicializada e a outra para tratar de grandes teses em disputa. Para o segundo caso, uma portaria já foi publicada com um rol de 17 temas. Empresas podem sugerir outros assuntos que tenham interesse em transacionar. Ao todo, a arrecadação prevista com as duas modalidades de transação do PTI é de R\$ 41,93 bilhões - R\$ 12 bilhões englobados de outros editais.

No caso das grandes teses, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) prevê a abertura de editais que cubram 40% dos R\$ 945,9 bilhões em discussão nos 6,5 mil processos de maior impacto econômico em tramitação no Carf. Ou seja, os editais do PTI vão tratar de R\$ 378,36 bilhões em disputa.

Previsões com o Programa de Transação Integral são ousadas” — Luiz G. Bichara

A taxa de adesão esperada dos contribuintes é de 20%. Para estimar a arrecadação prevista por essa modalidade, a PGFN considerou o desconto máximo permitido pela lei de 65% sobre o valor desses créditos. Todo esse detalhamento consta em nota técnica obtida a partir de pedido de informação formulado pelo Valor, via Lei de Acesso à Informação. O programa também prevê a possibilidade de transação para créditos inscritos em dívida ativa, mas que a cobrança foi judicializada pelo contribuinte. A estimativa é arrecadar R\$ 15,45 bilhões com essa modalidade em 2025, com uma taxa de adesão de 40%.

Segundo estimativas da PGFN, há um estoque potencial de R\$ 95,7 bilhões. Desse total, 42,27% são referentes a créditos de Imposto de Renda (IRPJ), 20,39% de CSLL CSLL e 15,61% sobre Cofins. O restante trata dos demais tributos. Para calcular a estimativa de arrecadar R\$ 15,45 bilhões com a





CLIPPING

DATA

25.09.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

18 de 25

RESPONSÁVEL

Iris Helena

recuperação desses créditos, o governo considerou um desconto médio de 80% nas verbas acessórias (juros, multa e encargo) e a adesão de 40% dos créditos elegíveis.

Em nota, a PGFN explica que a estimativa de adesão “se justifica no fato de o PTI passar a contemplar contribuintes saudáveis economicamente, mas cujos créditos jamais foram elegíveis à transação antes do PTI, que inovou ao trazer o conceito de Potencial Razoável de Recuperação do Crédito Judicializado (PRJ)”. Com as duas modalidades previstas, a arrecadação total esperada pela União com o Programa de Transação Integral é de R\$ 41,93 bilhões, incluindo outros editais. A PGFN considera que as adesões aconteçam de forma gradual. Por isso, é esperado que a arrecadação ocorra também gradualmente, entrando R\$ 7,27 bilhões no primeiro trimestre no caixa, valor que aumenta 25% a cada trimestre, chegando aos quase R\$ 42 bilhões ao fim de 2025.

A arrecadação esperada com o PTI foi incluída no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025, como uma das medidas extras de receita necessárias para alcançar o déficit zero no próximo ano. Luiz Gustavo Bichara, sócio-fundador do Bichara Advogados, diz que as previsões com o programa são, no mínimo, “ousadas”, mas que falta na nota técnica mais detalhes da metodologia utilizada para uma avaliação precisa. “Estima-se um percentual de adesão de 40% para os 56 maiores casos judiciais, e 20% sobre os 6 mil maiores processos no Carf. De onde vem essa prognose? Quero crer que alguma metodologia séria foi utilizada. No entanto essa informação não foi disponibilizada na nota que instruiu o PTI”, afirma Bichara.

Neste ano, apenas no âmbito da PGFN, cerca de R\$ 33,5 bilhões referentes a grandes teses já foram transacionados. Porém, mais da metade do valor veio da adesão da Petrobras à transação do afretamento. Para advogados, a maioria das teses apresentadas pelo Ministério da Fazenda no Programa de Transação Integral não parece animar os contribuintes. Henrique Mello, sócio fundador do HM Law e juiz do Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo (TIT/SP), destaca que em apenas cinco das 17 controvérsias jurídicas de alto impacto econômico não há jurisprudência pacífica e as discussões são mais de direito do que dos casos concretos.

Para as outras 12, afirma ele, já existe um entendimento favorável às empresas tanto na esfera administrativa quanto no Judiciário, como na amortização de ágio e pagamento de juros sobre o capital próprio (JCP). Portanto, acrescenta, é mais vantajoso continuar com o contencioso e esperar uma decisão definitiva, mesmo que leve anos. Henrique Mello já recomendou a dois clientes aderirem ao PTI em duas das cinco teses que entende ser interessantes. Para outras duas, deu recomendação negativa. São elas: o aproveitamento de crédito de IPI na Zona Franca de Manaus e o conceito de praça para aplicação do Valor Tributável Mínimo (VTM) nas operações entre partes interdependentes, para recolhimento de IPI.

Dentre as teses indicadas para adesão, estão as discussões sobre incidência de IRRF sobre ganho de capital auferido por investidor não residente no país. A outra trata da incidência de contribuições previdenciárias sobre a participação nos lucros e resultados (PLR) de empresas. Um terceiro litígio que vale a pena encerrar, afirma o tributarista, é o da incidência de tributos na desmutualização da Bovespa e da BM&F (atual B3), seja por ganho de capital ou pela venda de ações recebidas. “As seguradoras criaram uma tese para dizer que não poderia haver incidência dos tributos federais e não tiveram sucesso desde 2007”, diz Mello, indicando acórdão desfavorável na 3ª Turma da Câmara Superior do Carf (processo nº 16327.721093/2012-17).



CLIPPING

DATA
25.09.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
19 de 25

RESPONSÁVEL
Iris Helena

O advogado ainda cita controvérsias relacionadas a aplicação de regras antigas de preços de transferência, com base na Lei nº 9.430/1996, para o setor aéreo. Além de casos que pedem a dedução da base de cálculo do PIS/Cofins, pelas instituições arrendadoras, de estornos de depreciação do bem, ao encerramento do contrato de arrendamento mercantil. Leandro Cabral, sócio do escritório Velloza Advogados Associados, entende, porém, que, considerando a jurisprudência do Carf e da Justiça, valeria a transação apenas para um dos 17 itens, o que trata sobre a incidência de tributos federais na desmutualização da Bovespa e da BM&F (atual B3), seja por ganho de capital ou pela venda de ações recebidas.

Para ele, a tese de PLR, por exemplo, não valeria a pena, “por envolver uma interpretação da Receita Federal que vai contra a própria lei e a Constituição Federal, ao negar a natureza de PLR sem sequer ouvir empregados e sindicatos”. “Há um grande número de autuações e um viés fiscalista na jurisprudência mais recente do Carf, mas isso não justifica aderir à transação, pois o contribuinte tem direito a não pagar contribuições previdenciárias sobre PLR. Inclusive, por isso, a transação de PLR em 2021 arrecadou muito menos do que a Receita previa.” Sobre as teses ligadas ao setor aéreo, Thiago Medaglia, sócio de TozziniFreire Advogados, diz que a que trata de discussões sobre tributação de receitas na apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL é muito abrangente e pode valer a pena apenas para companhias estrangeiras e não brasileiras. E que sejam, acrescenta, de um país que não tenha algum tratado afastando a bitributação.

Essa controvérsia se tornou mais acentuada com uma operação da Receita Federal chamada Voo Rasante, em 2014. Para o Fisco, empresas teriam isenção de alguns tributos, mas não da CSLL. Na época, 12 companhias estrangeiras foram investigadas e os valores não recolhidos poderiam chegar a R\$ 820 milhões. Medaglia diz, porém, que essa situação vale para casos muito específicos e que a jurisprudência no Carf tem sido favorável. Além disso, não há discussões novas após uma nova lei ter sido editada. Outra tese, da incidência da IRRF e Cide sobre remessas ao exterior efetuadas por áreas, na visão do advogado, não vale muito a pena. Como regra, não é tributável pela Cide e o frete é isento, salvo raras exceções, segundo ele. “Já tem uma solução de consulta dizendo que não tem incidência, então na imensa maioria dos casos, não tem grande aplicabilidade”, diz Medaglia, citando a Solução de Consulta Cosit nº 140/2024.

Parecer contesta impacto de julgamento sobre Plano Collor Rural

Tema passou pelo Superior Tribunal de Justiça e está para ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal

Rafael Walendorff

Um parecer técnico elaborado pelo economista Pedro Malan, ex-ministro da Fazenda e ex-presidente do Banco Central, contesta dados apresentados pelo Banco do Brasil no processo em que produtores rurais pedem para reaver valores referentes à diferença de taxas de juros de financiamentos bancários reajustadas, da noite para o dia, pelo chamado Plano Collor Rural, na década de 1990.

Naquele ano, os agricultores brasileiros viram os índices de seus financiamentos rurais no BB saltarem de 41,28%, do Bônus do Tesouro Nacional (BTNF), para 84,32%, do IPC, com o Plano Collor Rural. A medida afetou milhares de contratos em vigor. A inadimplência escalou e o endividamento foi apurado em Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso Nacional, que motivou uma ação civil pública do Ministério

Público Federal (MPF), em 1994. O tema passou pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e está no Supremo Tribunal Federal (STF).



Segundo o BB, o impacto financeiro potencial do ressarcimento aos produtores é de quase R\$ 240 bilhões. No parecer, Malan aponta, porém, que a informação é “inconsistente com documentos oficiais”, como o balanço mais recente do próprio banco, que não menciona a provisão desse montante. O parecer de Malan foi juntado no processo pelo advogado Ricardo Alfonsin, que defende a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a Federação das Associações de Arrozeiros do Rio Grande do Sul (Federarroz) na ação, que estimam impacto bem menor, da ordem de R\$ 30 bilhões. O BB informou que se manifestará apenas nos autos do processo.

A defesa dos produtores diz que o parecer “desmistifica” o número “jogado” aos autos pela instituição financeira. Segundo Alfonsin, a cifra “absurda” informada na ação foi um movimento para tentar impactar os julgadores e adiar a conclusão do processo, que já foi analisado pelo STJ com decisão favorável aos produtores (REsp 1319232). O parecer afirma que há “inconsistências importantes” nas estimativas de impacto financeiro do BB. Uma delas é que o valor informado é três vezes superior ao patrimônio líquido da instituição no momento da condenação pelo STJ, no fim de 2014. Qualquer risco plausível de ser obrigado a desembolsar esse valor, sustenta a defesa e o parecer, deveria ser informado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). “É impossível esse número ser admitido como real”, diz Alfonsin.

“Ou o valor em questão tem fundamento e deveria refletir-se nas demonstrações contábeis do Banco do Brasil como provisão ou passivo contingente, e ter sido objeto de divulgação como fato relevante; ou não tem fundamento, o que se pode concluir em razão dos elementos comentados”, diz a conclusão do parecer de Pedro Malan, assinado também por Bolívar Moura Rocha e Luiz Roberto de Assis, especialistas na área. O balanço mais recente do BB tem provisão de R\$ 12,6 bilhões para demandas consideradas de perdas prováveis, entre elas a relacionada ao Plano Collor Rural. A instituição financeira não considera provável ou mesmo possível o risco de perda dos R\$ 240 bilhões, afirma o parecer.

“Caso esse valor fosse considerado de perda provável deveria ser provisionado nas demonstrações contábeis do Banco. Se fosse reputado de perda possível, o valor deveria ser classificado como passivo contingente. Não ocorreu nem uma coisa, tampouco a outra”, acrescenta o documento. O número de potenciais beneficiários da ação civil pública, ajuizada há mais de 30 anos para o ressarcimento dos valores, seria de 823.017, com mais de dois milhões de operações em aberto em 1º de março de 1990. Para chegar aos R\$ 240 bilhões de impacto, foi multiplicado o número de potenciais beneficiários pelo valor médio das ações naquele ano, de R\$ 294,7 mil. O parecer técnico ressalta, porém, que nem todos os produtores teriam direito ao ressarcimento. O reembolso só deve ser pago a quem efetivamente pagou os financiamentos com aplicação do índice de juros maior na época, número consideravelmente menor que os mais de 823 mil.

O advogado Ricardo Alfonsin lembra que nem todos recorreram ao Judiciário, o que também diminui o volume de credores. O parecer contesta ainda o valor médio das operações, informado pelo BB em outro momento do processo, como sendo de R\$ 105,5 mil. “No mesmo documento, o banco informa que em 31 de dezembro de 2022 - oito anos após a condenação pelo STJ - havia 39.652 ações judiciais com citação, das quais 31.602 ainda em tramitação. Informa também que R\$ 1,6 bilhão havia sido já pago e que haveria R\$ 3,3 bilhões de potencial de desembolso nas ações ainda em andamento. Valores, a toda evidência, muito distantes do alegado impacto de R\$ 240 bilhões”, acrescenta o parecer de Malan, Rocha e Assis. O recurso apresentado pelo BB (RE 1445162) deverá ser julgado ainda este ano, com repercussão geral, pelo STF.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 25.09.2024 – PÁG. E2

Descabimento de modulação dos efeitos do Tema 372

O julgamento do Tema 372 pelo Supremo não representou uma modificação da jurisprudência pretérita. Ao contrário, a Corte a ratificou

Márcio Crejonias e Mariana Ratzka

O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou o RE 609096/RS (Tema nº 372), oportunidade em que fixou a tese de que, em relação aos bancos, deve-se entender por faturamento - como base de cálculo do PIS/Cofins à luz do regime cumulativo previsto na Lei nº 9.718/98 - a somatória de suas receitas operacionais, que advém da atividade bancária típica, o que, por via de consequência, inclui suas receitas financeiras.



Na esteira dessa definição dada pelo Supremo, dotada tanto de vinculatividade como de aplicabilidade imediata, consoante firme jurisprudência daquela Corte (AgR ARE 930647, rel. min. Roberto Barroso, julgado em 15/03/2016), a Fazenda Nacional passou a requerer a retomada da tramitação dos processos sobrestados pelo Tema nº 372, no afã de que estes fossem enfim julgados conforme a decisão do STF, com o expreso reconhecimento de que os bancos, sob o regime da Lei nº 9.718/98, não poderiam se eximir do recolhimento do PIS/Cofins sobre suas receitas financeiras operacionais, à diferença do que os bancos sempre sustentaram.

Todavia, recentemente foi determinado um novo sobrestamento desses processos judiciais, acolhendo a justificativa de que existe a probabilidade de modulação temporal dos efeitos do julgamento do Tema nº 372, em razão de pedido nesse sentido deduzido em sede de embargos de declaração, ainda pendentes de análise no STF. No entanto, afigura-se completamente descabida a modulação temporal dos efeitos do julgamento do Tema 372, já que a modulação é medida excepcional, só admissível em casos nos quais o STF altera jurisprudência sedimentada, inclusive, a exarada pelo STJ em recursos repetitivos, frustrando uma legítima expectativa de direito criada judicialmente para o jurisdicionado, o que, definitivamente, não se verifica nesse caso.



CLIPPING

DATA

25.09.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

22 de 25

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Para fundamentar a pretensão de excluir as receitas financeiras da base de cálculo do PIS/Cofins, sob o pálio da Lei nº 9.718/98, os bancos sempre se escoraram na definição literal de faturamento contida no artigo 2º da LC nº 70/91, como correspondente *ipsis litteris* à receita da venda de bens e/ou de prestação de serviços. Partindo-se dessa conceituação restritiva de faturamento, os bancos sustentavam que as receitas financeiras da atividade de intermediação bancária não se originavam da prestação de serviços, de sorte que não poderiam ser classificadas como parcela integrante de seu faturamento, estando, assim, a salvo da incidência do PIS/Cofins.

Propositadamente ou não, esqueceram-se os bancos de que, antes da Lei nº 9.718/98, já existiam precedentes do STJ superando a mera literalidade do artigo 2º da LC nº 70/91, esposando a interpretação expansiva de que o faturamento deveria compreender a receita operacional do contribuinte, independentemente de se originar restritivamente da prestação de serviços ou de venda de mercadorias. Esse entendimento, portanto, já deslegitimava a pretensão dos bancos de não enquadrar suas receitas financeiras operacionais como faturamento.

Precedentes datados de mais de 15 anos, tanto do Supremo Tribunal Federal quanto do Superior Tribunal de Justiça, interpretam o conceito de faturamento como sendo o resultado do exercício da atividade empresarial, ao revés do sentido restritivo que as instituições financeiras advogam em juízo. No AgRg no RE 371258/SP, julgado em 3 de outubro de 2006, de relatoria do ministro Cezar Peluso, a Suprema Corte entendeu que, na atividade de locação de bens imóveis, “o conceito de receita bruta (...) envolve não só aquela decorrente da venda de mercadoria e da prestação de serviços, mas a soma das receitas oriundas do exercício das atividades empresariais”.

Em igual sentido, relativamente à atividade de locação de bens móveis, o Superior Tribunal de Justiça, no REsp 929521/SP, submetido à sistemática dos recursos repetitivos, julgado em 23 de setembro de 2009, de relatoria do ministro Luiz Fux, entendeu que a definição de faturamento/receita bruta não pode ser dissociada do “resultado mesmo da atividade econômica empreendida pela empresa”. Ademais, no precedente que reconheceu a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei 9.718/98 (RE 390840/MG, rel. min. Marco Aurélio, julgado em 09/11/2005), o qual promoveu o alargamento da base de cálculo das contribuições do PIS e da Cofins na sistemática cumulativa, o Supremo Tribunal Federal também compreendeu o conceito de faturamento como a receita operacional da sociedade. Especificamente no voto do ministro Carlos Aires Brito, constou que faturamento corresponde “àqueles ingressos que decorrem da razão social da empresa, da sua finalidade institucional”.

Em outras palavras, a incidência das contribuições se dá sobre o resultado das atividades operacionais, decorrentes da exploração do objeto social da empresa, não se restringindo à venda de mercadorias e/ou à prestação de serviços, o que torna cabível a tributação sobre o resultado das atividades financeiras operacionais dos bancos. Vê-se aí, em arremate, que o julgamento do Tema nº 372 pelo Supremo não representou uma modificação da jurisprudência pretérita, cujos fundamentos já colidiam com o intento dos bancos de não recolherem PIS/Cofins sobre suas receitas financeiras operacionais. Ao contrário, o Supremo a ratificou. É justamente por isso que os bancos nunca tiveram a legítima expectativa de êxito judicial em sua tese, o que, portanto, desautoriza a modulação dos efeitos do julgamento desfavorável proferido no Tema nº 372.

Fisco regulamenta pagamento menor de IR sobre imóveis

Contribuintes têm até o dia 16 de dezembro para optar pela medida

Jéssica Sant'Ana / Laura Ignacio



A Receita Federal regulamentou a possibilidade de atualização de imóveis a valor de mercado com o pagamento de alíquota reduzida de Imposto de Renda (IR). Segundo a Instrução Normativa nº 2.222, publicada no Diário Oficial da União de ontem, os contribuintes têm até o dia 16 de dezembro para optar pela medida.

A novidade foi instituída pela Lei nº 14.973. Para as pessoas físicas que aderirem à medida, a alíquota de Imposto de Renda (IR) será de 4% sobre a diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado do bem. Atualmente, ela varia de 15% a 22,5%. Já para a atualização dos imóveis constantes no ativo não circulante de balanços de pessoas jurídicas, esse percentual será 6% de IR e 4% de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre a diferença. Sem redução, somam 34%.

Porém, caso o imóvel atualizado seja vendido antes de decorridos 15 anos, o cálculo do ganho de capital será ajustado proporcionalmente ao tempo decorrido desde a atualização. O percentual começa em 0% para alienações ocorridas até 36 meses e aumenta, gradualmente, até 100% após 180 meses, de acordo com a Receita Federal. Na prática, isso quer dizer que somente se a venda do bem ocorrer após 15 anos da atualização haverá o aproveitamento integral do benefício.

De acordo com a IN, também poderá ser atualizado o valor de imóveis no exterior. “A norma esclareceu que imóveis no exterior podem ser incluídos na atualização, contanto que já declarados”, afirma o advogado tributarista Roberto Goldstajn. Contudo, no caso de propriedades de entidades controladas no exterior ou trusts, uma pessoa física precisará ser responsável pela declaração do bem.

A Declaração de Opção pela Atualização de Bens Imóveis (Dabim) já está disponível no Centro Virtual de Atendimento (e-CAC), no site da Receita Federal. Mas Goldstajn alerta que é importante estudar se é melhor aproveitar o benefício da Lei nº 14.973 ou aguardar o momento posterior de um inventário. “Hoje, se há um inventário em curso, a Lei nº 9.532, de 1997, permite fazer a reavaliação patrimonial antes da transferência do bem”, diz. “Nesse caso, é possível aplicar o fator redutor da Lei nº 7.713, de 1988. A alíquota efetiva para o herdeiro variará de 2% a 4%, e a venda do imóvel poderá ser imediata, sem perda do benefício fiscal”, acrescenta.

Já para o advogado Alexandre Gorin, sócio da Gorin Advocacia, tanto a Lei nº 14.973 quanto a instrução normativa possuem pontos obscuros. “Não foi dito se os 4% de IR a serem pagos serão compensados no futuro cálculo do ganho de capital a ser feito nos próximos 15 anos, em caso de alienação do imóvel”,

afirma. Um imóvel adquirido este ano, se alienado ao fim de 2027, cita como exemplo, teria uma alíquota efetiva de 13,22%. “Quer dizer que o contribuinte pode aderir, recolher 4% agora e ter que pagar mais 13,22% ao final de 2027, arcando com mais tributos do que pagaria se não aderisse?” Outro ponto duvidoso, para Gorin, é se o custo de aquisição acrescido agora pelo contribuinte que aderir à atualização, poderá ser objeto do fator de redução previsto na Lei nº 11.196/2005. “Não está claro na IN se esse fator de redução se aplica ao custo de aquisição que for acrescido pelo contribuinte agora”, afirma.

DATA COMEMORATIVA DO DIA– SEBIB

Dia 25 de setembro - Dia Nacional do Trânsito

No dia 25 de setembro, o Brasil celebra o Dia Nacional do Trânsito, uma data importante para lembrar a todos sobre a importância da segurança nas ruas e estradas

O Dia Nacional do Trânsito foi estabelecido no Brasil por meio da Lei Federal n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997. De acordo com essa legislação, o Dia Nacional do Trânsito é celebrado anualmente em 25 de setembro. A data foi escolhida em homenagem à criação do CTB e serve como um lembrete da importância da segurança viária e da conscientização no trânsito em todo o país. Durante esse dia são realizadas diversas atividades educativas e campanhas para promover um trânsito mais seguro e responsável.



Qual a importância do Dia Nacional do Trânsito?

O Dia Nacional do Trânsito tem um papel fundamental na sensibilização da sociedade em relação à segurança viária, incentivando a mudança de atitudes e comportamentos para um trânsito mais seguro e humano. Sua importância pode ser resumida em:

Conscientização:

O dia serve como um lembrete anual para a população sobre a importância de adotar comportamentos responsáveis no trânsito, tanto para condutores quanto para pedestres e ciclistas.

Redução de acidentes:

Por meio de campanhas e ações educativas realizadas nessa data, busca-se reduzir o número de acidentes de trânsito, que frequentemente resultam em lesões graves e mortes.

Educação no trânsito:



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

DATA
25.09.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
25 de 25

RESPONSÁVEL
Iris Helena



É uma oportunidade para promover a educação no trânsito, ensinando as pessoas sobre as regras e boas práticas ao dirigir ou atravessar a rua.

Valorização da vida:

O trânsito seguro é crucial para preservar vidas. O Dia Nacional do Trânsito reforça a ideia de que cada vida é valiosa que todos devem contribuir para evitar tragédias nas vias públicas.

Fiscalização e cumprimento das leis:

Além de conscientizar, a data também enfatiza a importância da fiscalização das leis de trânsito, contribuindo para a ordem e a segurança nas estradas.